ISSN: 2358-8829

ENTRE A DECODIFICAÇÃO E O USO SOCIAL DA LÍNGUA: REFLEXÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Jarles Lopes de Medeiros[1]
Polyana Nogueira Dias [2]
Maria Anita Vieira Lustosa Kaczan[3]
Tânia Serra Azul Machado Bezerra[4]

INTRODUÇÃO

"A palavra é um código do mundo" (Paulo Freire).

Em uma sociedade da informação e comunicação como a nossa, industrializada, em que há códigos escritos em todos os lados, saber ler e escrever é condição *sine qua non* para a efetivação da cidadania. Conforme Cambi (1999), a alfabetização e a educação fizeram parte do projeto de nação brasileiro. Dessa forma, desde a Proclamação da República, no final do século XIX, o país já teve mais de 20 programas de alfabetização, e, ainda assim, a problemática do analfabetismo não foi resolvida.

Permanece elevado o número de brasileiros com mais de 16 anos que não são alfabetizados. Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), em 2025, 4,9% da população brasileira de 15 anos ou mais é analfabeta, enquanto entre pessoas acima de 60 anos esse número sobre para 13,8%.

Por outro lado, Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) evidenciam avanços no processo de alfabetização das crianças brasileiras nos últimos anos. Conforme o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), o percentual de estudantes alfabetizados ao final do 2º ano do ensino fundamental passou de 56%, em 2023, para 59%, em 2024, alcançando 66% em 2025. Esses resultados representam um crescimento de 10 pontos percentuais no período, indicando avanços na

[1] Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), jarles.lopes@uece.br
[2] Professora Pedagoga da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UECE), polyananodih@gmail.com
[3] Professora da Prefeitura Municipal de Caucaia. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UECE), anitallustosa@gmail.com
[4] Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UECE), tania.azul@uece.br

aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais da escolarização, embora ainda persistam desafios para garantir a alfabetização de todas as crianças na idade prevista (Brasil, 2026).

Já avaliações como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, realizadas ao longo do ensino fundamental e do ensino médio, revelam que crianças e adolescentes têm dificuldades para interpretar textos mais complexos, como a crônica, por exemplo. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) também apresenta resultados que podem sinalizar dificuldades relacionadas ao desenvolvimento das competências de leitura e escrita, considerando o alto número de candidatos com baixas notas na redação.

O que queremos destacar com toda essa contextualização acerca da alfabetização é que os gestores da educação brasileira, de uma forma geral, bem como as políticas educacionais voltadas para esta, concebem a alfabetização como algo simples, restringindo-a, muitas vezes, ao ato de decodificar letras, conforme critica Magda Soares (2004).

A autora destaca que decodificar letras não garante uma alfabetização plena, que contemple o uso social da língua e possibilite ao sujeito exercer sua cidadania e agir sobre o mundo. Dessa forma, alfabetização e letramento integram o mesmo processo de aprendizagem em torno da leitura e da escrita; no entanto, são processos distintos, embora interdependentes.

PROCESSOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS-IDEOLÓGICOS EM TORNO DA ALFABETIZAÇÃO

Conforme Saviani (2011a), a colonização das terras brasileiras pelos portugueses foi acompanhada pela tríade educação-colonização-catequese, por meio da qual os povos indígenas foram submetidos a processos de aculturação e extermínio, em um violento contexto de exploração.

Com os padres jesuítas, que foram os primeiros a difundir um método de ensino sistematizado, percebeu-se que era mais fácil educar crianças do que adultos, os quais apresentavam maior resistência à catequização. Assim, por meio da catequização, os indígenas eram levados a assimilar a cultura do colonizador.

ISSN: 2358-8829

Com o passar do tempo, Saviani (2008) destaca que foram surgindo as primeiras escolas, que atendiam a menos de 0,1% da população colonial, considerando os estudantes das instituições jesuíticas em 1759, o que evidencia o caráter elitista da educação naquele período. No Brasil Colônia, estavam excluídos desse processo os indígenas, as pessoas escravizadas, as mulheres e a população pobre, entre outros grupos sociais.

Com a Proclamação da República, intensificaram-se as discussões sobre a ampliação do acesso à educação para** a população brasileira, momento em que a alfabetização passou a ganhar maior espaço nas políticas educacionais, tendo as escolas normais um papel importante na formação de professores.

Cambi (1999) destaca que a alfabetização é parte do projeto de nação. Assim, ao longo do século XX, a alfabetização ocupou espaço significativo na política brasileira, embora tenha sido concebida, muitas vezes, de forma simplificada, o que pode ter contribuído para as limitações dos programas de alfabetização.

Desde a Constituição Federal de 1988, o Brasil vem estabelecendo metas para erradicar o analfabetismo. Entretanto, Saviani (2011b) destaca a persistência da protelação nas políticas educacionais brasileiras, caracterizada pelo adiamento do enfrentamento de problemas históricos da educação, como o analfabetismo e a universalização do ensino fundamental. Nesse contexto, o sujeito não alfabetizado enfrenta dificuldades para exercer plenamente seus direitos, permanecendo, muitas vezes, à margem da sociedade.

Ao longo da história brasileira, a formação de uma população plenamente alfabetizada, letrada e consciente de seus direitos nem sempre foi prioridade das políticas governamentais, o que contribuiu para a permanência do caráter elitista da educação.

Historicamente, predominou uma concepção de educação bancária, criticada por Freire (2011), que limita a formação crítica dos sujeitos e suas possibilidades de transformação social. Uma alfabetização que se limita à decodificação não garante a formação de um sujeito autônomo na sociedade, pois não favorece uma compreensão crítica da linguagem e de suas relações com as práticas sociais.

ISSN: 2358-8829

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

As políticas de alfabetização ao longo do século XX giraram em torno da erradicação do analfabetismo, o que não se efetivou. Soares (2018) destaca que historicamente se atribuiu o fracasso da alfabetização aos métodos tradicionais, sob o argumento de que a adoção de novos métodos resolveria o problema.

Assim, inúmeros estudos foram desenvolvidos com o intuito de compreender o processo de alfabetização, dentre os quais podemos destacar os trabalhos de Ferreiro e Teberosky (1986) e Soares (2018).

Dessa forma, compreendeu-se que, para a efetivação da aprendizagem da leitura e da escrita, não bastava apenas dominar o sistema de escrita alfabética, uma vez que muitos brasileiros adultos alfabetizados apresentavam dificuldades para compreender o que liam e utilizar a leitura e a escrita em situações cotidianas, condição frequentemente associada ao analfabetismo funcional.

De acordo com Ferreiro e Teberosky (1986), a criança constrói hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita, que podem ser compreendidas a partir dos níveis pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. O domínio das convenções ortográficas constitui uma aprendizagem que se desenvolve progressivamente, não devendo ser confundido com os níveis de conceitualização da escrita descritos pela Psicogênese. Porém, nesta discussão, é suficiente considerar os quatro níveis apresentados, conforme os estudos de Ferreiro e Teberosky (1986).

As autoras destacam que, no estágio mais inicial, a criança pode utilizar traços, desenhos e outras representações gráficas, formulando hipóteses sobre o funcionamento da escrita antes mesmo de dominar o sistema alfabético. No último estágio, a criança já compreende o princípio alfabético da escrita, estabelecendo relações entre fonemas e grafemas e reconhecendo que as palavras são representadas por sequências de letras. Quando a criança alcança o nível alfabético e começa a ler e escrever com autonomia, ainda pode apresentar erros ortográficos, o que é esperado, pois o domínio das convenções da escrita se desenvolve progressivamente ao longo da escolarização. Entretanto, alcançar esse nível não significa que o processo de alfabetização esteja plenamente concluído.

No entanto, esse processo não se encerra quando se chega ao nível alfabético, uma vez que há outras dimensões a serem aprendidas e exercitadas, como a ortografia, a fluência leitora, a compreensão textual e a leitura crítica.

De uma forma geral, uma pessoa em processo inicial de alfabetização pode ser capaz de ler e escrever palavras, mas ainda apresentar dificuldades na leitura e produção de textos, bem como no reconhecimento das características e funções dos diferentes gêneros textuais. Conforme Soares (2018), a alfabetização é o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética e de suas convenções, envolvendo o desenvolvimento de habilidades necessárias à leitura e à escrita.

Nesse processo, temos o letramento, que está imbricado com a alfabetização. O letramento, conforme Magda Soares (2018), diz respeito à inserção dos sujeitos nas práticas sociais de leitura e escrita, considerando os diferentes contextos em que essas práticas são utilizadas. Por exemplo, uma criança que domina o sistema de escrita alfabética é capaz de ler e escrever um bilhete, mas pode ainda não compreender plenamente as características e funções sociais desse gênero; já uma criança que desenvolveu práticas de letramento, além de ler e escrever, compreende que o bilhete pode ser utilizado para se comunicar com outras pessoas em diferentes situações do cotidiano.

Dessa forma, o letramento engloba a compreensão das práticas sociais de leitura e escrita, considerando a linguagem como instrumento de interação e participação social. Esse processo não está dissociado da alfabetização.

Alfabetização e letramento fazem parte de um mesmo *continuum*, entrelaçam-se, cruzam-se, convergem. Daí o conceito de “alfabetizar letrando”, discutido por Magda Soares (2018), que consiste em desenvolver a aprendizagem do sistema de escrita alfabética de forma articulada às práticas sociais de leitura e escrita, de modo que essas dimensões estejam presentes desde o início do processo de alfabetização. Alfabetização e letramento são processos distintos, porém indissociáveis e interdependentes.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA

O processo de alfabetização e letramento é fundamentado em diferentes perspectivas teóricas, dentre as quais se destaca a Psicogênese da Língua Escrita (Ferreiro; Teberosky, 1986). Uma das suas principais contribuições é a compreensão dos erros como manifestações das hipóteses construídas pela criança durante a apropriação do sistema de escrita, uma vez que, no processo de alfabetização e letramento, entender como a criança pensa é fundamental para orientar as intervenções pedagógicas.

Outro elemento que contribui para a compreensão do processo de aquisição da escrita, apontado pela referida teoria, é o reconhecimento de que a criança já chega à escola com conhecimentos prévios que influenciam sua aprendizagem. Ferreiro e Teberosky (1986) destacam que a construção de conhecimentos sobre a escrita começa muito antes do ingresso da criança na escola e do início do ensino formal da leitura e da escrita.

A Psicogênese da Língua Escrita fundamenta-se na epistemologia genética de Jean Piaget, especialmente na compreensão de que o conhecimento é construído ativamente pelo sujeito em sua interação com o objeto de conhecimento. Essa perspectiva foi incorporada por Ferreiro e Teberosky (1986) ao estudo da construção de conhecimentos sobre o sistema de escrita.

Piaget investigou os estágios do desenvolvimento cognitivo infantil e buscou compreender como as crianças constroem conhecimentos ao longo desse processo. Emilia Ferreiro foi orientada por Jean Piaget em seu doutorado e, fundamentada na epistemologia genética, desenvolveu, juntamente com Ana Teberosky, estudos sobre a construção de hipóteses infantis acerca da escrita. Entretanto, os níveis de conceitualização da escrita identificados nessas pesquisas não devem ser confundidos com os estágios do desenvolvimento cognitivo propostos por Piaget, pois se referem especificamente à construção de conhecimentos sobre o sistema de escrita, embora estejam fundamentados nos pressupostos de sua epistemologia genética.

Assim, compreender como a criança raciocina e constrói hipóteses sobre o funcionamento da escrita constitui uma das principais contribuições da psicogênese da língua escrita para o processo de alfabetização, permitindo ao professor identificar os conhecimentos já construídos pelos estudantes e planejar intervenções pedagógicas adequadas às suas necessidades de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, compreendemos que o processo de alfabetização e letramento deve ser concebido a partir de uma perspectiva crítica, histórica e social, considerando que a aprendizagem da leitura e da escrita não se restringe à decodificação de letras, mas envolve a apropriação da linguagem como instrumento de participação e transformação social.

ISSN: 2358-8829

Nesse sentido, é necessário que as políticas públicas educacionais, bem como as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas, superem concepções reducionistas de alfabetização, reconhecendo sua importância para a formação de sujeitos críticos e para o exercício da cidadania.

O percurso histórico apresentado evidenciou que a alfabetização no Brasil esteve marcada por desigualdades sociais e educacionais, expressas no caráter elitista da educação e nas dificuldades de efetivação das políticas voltadas à superação do analfabetismo. Embora tenham ocorrido avanços, a persistência dessas desigualdades demonstra que a garantia do acesso à escola, por si só, não assegura a aprendizagem da leitura e da escrita, tampouco a inserção dos sujeitos nas práticas sociais que envolvem a linguagem.

Nessa perspectiva, as contribuições de Soares (2018) permitem compreender que alfabetização e letramento são processos distintos, porém indissociáveis, que devem ocorrer de forma articulada. Alfabetizar letrando significa, portanto, possibilitar que os estudantes se apropriem do sistema de escrita alfabética ao mesmo tempo que compreendam suas funções sociais, reconhecendo a leitura e a escrita como práticas presentes nas diferentes situações da vida cotidiana.

Da mesma forma, os estudos de Ferreiro e Teberosky (1986) contribuem para a compreensão de que a criança participa ativamente da construção de seus conhecimentos sobre a escrita, formulando hipóteses que precisam ser consideradas no processo de ensino e aprendizagem. Essa perspectiva exige do professor uma prática pedagógica que reconheça os conhecimentos prévios dos estudantes, compreenda os erros como manifestações de suas hipóteses e desenvolva intervenções que favoreçam o avanço da aprendizagem.

Assim, alfabetizar e letrar constituem processos que ultrapassam a dimensão técnica da aprendizagem da língua escrita, envolvendo também sua dimensão social e política. Como destaca Freire (1996), a prática educativa exige uma postura crítica diante da realidade, de modo que ensinar não se limite à transmissão de conhecimentos, mas possibilite aos estudantes construir saberes e compreender seu lugar no mundo.

Portanto, defendemos que a alfabetização e o letramento devem estar comprometidos com uma educação emancipadora, capaz de formar sujeitos que não apenas leiam e escrevam, mas que compreendam criticamente a realidade e possam atuar sobre ela, exercendo plenamente sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Brasil e 20 unidades da Federação alcançam meta de alfabetização.** Brasília, DF: Inep, 23 mar. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/avaliacao-da-alfabetizacao/brasil-e-20-unidades-da-federacao-alcancam-meta-de-alfabetizacao/. Acesso em: 8 nov. 2026.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** IBGE, 2015. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102286_informativo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7–16, jun. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011a.

SAVIANI, Dermeval. O direito à educação e a inversão de sentido da política educacional. **Revista Profissão Docente, Uberaba**, v. 11, n. 23, p. 45–58, 2011b. DOI: https://doi.org/10.31496/rpd.v11i23.197

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002

SOARES, **Magda. Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018.